

**Projeto:** Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

**Coordenação:** Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

## Ficha

1) Referência – RIFIOTIS, Fernanda Cruz. “Egressas” de serviços de acolhimento e a invenção de novas possibilidades de vida. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 34, n. 99, 2019.

2) Resumo - O artigo analisa os modos pelos quais jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional (abrigos, casas-lares) inventam novas possibilidades de vida, sob condições que a princípio reforçariam sua vulnerabilidade e falta de potência. A análise tem como base a etnografia realizada sobre as experiências de desinstitucionalização de jovens de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul entre 2010 e 2013. As experiências de desinstitucionalização dessas jovens poderiam ser pensadas a partir das lacunas deixadas pelas políticas de proteção após o desacolhimento. No entanto, por mais que essas experiências sejam marcadas por “uma espécie de improvisação contínua”, tal dinâmica revela mais do que uma simples “tática de sobrevivência”. Assim, a proposta é pensar esses modos de vida com base na chave analítica da invenção (Roy Wagner). Dentre as vias para a invenção, destacam-se o cuidado com os filhos, as maneiras como subvertem os modos de ação das políticas assistenciais e a descoberta do que sabem e gostam de fazer.

Palavras-Chave – jovens “egressas”; invenção; serviços de acolhimento institucional; políticas públicas.

3) Objetivo do estudo – O artigo busca analisar as experiências de desinstitucionalização de oito jovens a partir das lacunas deixadas pelas políticas de proteção à infância e à adolescência após o desligamento institucional. Nessa perspectiva, o foco analítico recairia sobre as táticas que empreendem para driblar as dificuldades impostas pelo desacolhimento, sobretudo, quando atingem a maioridade. A autora propõe uma outra chave analítica, que permite compreender as práticas dessas jovens não apenas como uma resposta/reação às lacunas deixadas pelas políticas de proteção, mas também como possibilidade de inventar constantemente a vida, mesmo em situações e condições em que tal emergência pareceria impossível.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – 2010-2013.

6) Forma de coleta de dados – Etnografia realizada entre 2010 e 2013.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – A autora buscou pensar as experiências dessas jovens, com base na concepção de invenção de Roy Wagner (2010), conferindo um caráter de experimentação à pesquisa realizada e também revelar outras dimensões das experiências das jovens “egressas”. Seguindo tal perspectiva, pretendeu mostrar como o material etnográfico (os relatos das experiências de duas jovens “egressas”) permite pensar nas seguintes vias para a invenção: a relação com as políticas assistenciais e a descoberta do que se sabe e gosta de fazer. A autora utilizou também a concepção e táticas (como maneira de driblar as adversidades) conforme pesquisa antropológica realizada por Fonseca, Allebrandt e Ahlert (2009). Utilizou também a perspectiva de “viração” a partir da etnografia realizada por Maria Filomena Gregori (anos de 1990) a respeito das experiências travadas pelos meninos de rua. As duas perspectivas (táticas e viração), contribuíram para explicar e, sobretudo, visibilizar o potencial de agência de sujeitos (“egressos” e meninos de rua) que, até então, eram tomados como uma “população deslocada ou fadada ao insucesso” (Gregori, 2000).

8) Resultados / dados produzidos – Os relatos, as maneiras como elas se posicionam em determinadas situações e as minhas observações do seu cotidiano me permitem pensar, justamente, que o problema dos “egressos” não está apenas na ausência de políticas voltadas à desinstitucionalização; parecem evidenciar, ainda, os elementos disponíveis para a emergência da vida e da potência em condições nas quais esta apareceria somente como impossibilidade. As experiências de desinstitucionalização da Clarissa são marcadas por mudanças de diferentes ordens, que poderiam demandar por parte da jovem uma postura simplesmente reativa, ou de “viração”. No entanto, parece-me produtivo supor tais mudanças como motivadoras da invenção de novos modos de vida. As experiências da Clarissa também ajudam a analisar os modos de agir diante das convenções, sobretudo da possibilidade de desmarcá-las, fazendo emergir um potencial de agência. A partir do contraponto das experiências de Clarissa e Virgínia, é possível observar que não se trata apenas de modos opostos de se colocar no mundo – de um lado, uma maneira ativa e vigilante acerca dos direitos e, de outro, uma postura desinteressada e passiva. Tanto a postura de fazer uso dos direitos como aquela que os negligência devem ser consideradas como invenção de novas possibilidades de vida. Mais do que reiterar a ideia de que essas jovens não ficam esperando por tais políticas e que se mobilizam para construir sua própria inserção, busquei pensar os seus modos de vida com base na chave analítica da invenção. Ao trazer para o primeiro plano da minha análise os modos de vida da Clarissa e da Virgínia, pude perceber que havia dois aspectos fundamentais que atravessavam as suas experiências: a mudança e a temporalidade. Os dois articulados apontam para um modo de inventar novas possibilidades de vida que tem como característica uma espécie de “improvisação contínua”. E esta, como procurei mostrar, em vez de revelar uma postura simplesmente reativa diante das adversidades, estava relacionada com aquilo que “souberam criar”. As experiências da Virgínia e da Clarissa também permitem revelar alguns aspectos da dimensão vivencial dos sujeitos, ou seja, os seus modos de agir e avaliar o mundo e os seus interlocutores no mundo (Rifiotis, 2014). Ao agirem e se posicionarem de uma determinada forma, ao fazerem suas escolhas, elas se constituem como agentes poderosas da sua própria desinstitucionalização.

9) Recomendações – Com a proposta do resgate da dimensão vivencial dos sujeitos, não pretendo que as políticas possam contemplar as demandas particulares de cada sujeito, pois toda política pública segue certas categorias universalizadoras. Trata-se de colocar em perspectiva uma concepção de universal, como forma de estimular o debate por políticas mais plurais, que não tomem a “falta” (de políticas, de recursos, de formação etc.) como a única possibilidade de os sujeitos serem contemplados. Pensar na pluralidade dessas políticas, inspirada pela reflexão de Amartya Sen acerca da ideia de justiça (2011), significa compreender que elas precisam estar cada vez mais conectadas aos modos como os sujeitos vivem ou a vida que são capazes de levar e não meramente à natureza das instituições que as cercam.

10) Observações e destaques – O presente artigo é fruto da pesquisa que deu origem a tese de doutorado da autora (Cruz, 2014) sobre as experiências de desinstitucionalização de oito jovens de Santa Catarina (Florianópolis e Palhoça) e do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), “egressas” desses serviços de acolhimento que também já deu origem a outros textos, nos quais o material etnográfico foi parcialmente compartilhado, apresentando, contudo, análises e objetivos diferentes.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.